

Nota pública do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte sobre o retorno presencial das Atividades Escolares

Diante de um momento em que diversos estados, municípios e entidades educativas passaram a planejar de forma precipitada e temerária o retorno presencial às atividades escolares, muitas vezes sem a devida estrutura sanitária para a segurança dos trabalhadores (as) em educação, estudantes e suas famílias, o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte vem a público enfatizar a importância de se preservar a vida e a segurança de milhares de crianças, adolescentes, adultos e idosos (as).

Na cidade de Belo Horizonte, foi possível acompanhar, nas últimas semanas, a abertura gradativa das atividades comerciais, o que gerou em muitas pessoas e famílias, a suposta sensação de segurança em relação à possibilidade de retorno às aulas presenciais. Importante destacar que, no último dia 27 de outubro, o mundo registrou um novo recorde de casos de infecções do novo Coronavírus - SARSCOV-2 - sendo considerado um dos piores momentos desde o início da Pandemia, indicando a ocorrência do que os pesquisadores chamam de 'segunda onda' de infecções.

No caso do Brasil, ainda enfrentamos um dos cenários mais graves, em termos mundiais da Pandemia, com mais de 5 milhões de infectados e quase 160 mil mortos. O país é o terceiro em número de casos da doença em todo o mundo. Nesse sentido, é importante considerar que ainda vivemos um quadro pandêmico grave, responsável por gerar a morte de inúmeras pessoas diariamente, trazendo o sofrimento e a desolação para milhares de famílias.

Importante ressaltar que o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, como órgão colegiado e permanente de controle social das políticas públicas em Educação no município, reconhece e valoriza a importância da escola para a garantia de direitos fundamentais das crianças, adolescentes, adultos e idosos (as). No entanto, o direito primordial é o da preservação da vida e, nesse contexto de alto índice de infecção e mortalidade, faz-se necessário que as relações educativas escolares continuem se mantendo num contexto de distanciamento social.

Segundo Nota Técnica divulgada pela Fundação Oswaldo Cruz, a abertura das escolas pode representar um agravamento das condições da Pandemia uma vez que, “a discussão sobre a retomada do ano letivo no país não segue um momento em que é clara a diminuição dos casos e óbitos e ainda apresenta um agravante, que é a desmobilização de recursos de saúde e o desmonte de alguns hospitais de campanha”.

Os protocolos necessários para o retorno presencial das atividades escolares precisam alinhar aspectos relativos aos parâmetros epidemiológicos, considerando as taxas de infecção, os cuidados de higiene básica e as recomendações científicas, e também, os parâmetros estruturais como recursos e reorganização dos espaços escolares para atender as necessidades de segurança sanitária e os princípios pedagógicos.

Durante o período de suspensão das aulas presenciais, devido a pandemia, as instituições educativas que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte têm se empenhado para construir estratégias de manutenção de vínculo com os(as) estudantes e suas famílias, estimulando atividades informativas, orientadoras, lúdicas, artísticas, literárias, reflexivas, enfim, significativas. Essa iniciativa, além de preservar a relação entre a escola e a família, impede o agravamento de danos físicos, afetivos, sociais e cognitivos dos (das) estudantes e suas famílias.

Mesmo com todo esse empenho, muitos estudantes continuam excluídos da possibilidade de interações remotas devido à realidade empobrecida e desigual das famílias brasileiras. Por isso, é imprescindível que o poder público municipal invista em estrutura e ações que ampliem o acesso à internet e aos materiais tecnológicos na cidade de Belo Horizonte, para que o distanciamento social possa ser mantido, as atividades não presenciais possam ser ofertadas com qualidade e as desigualdades educacionais e sociais não sejam aprofundadas.

Cabe ressaltar que, o processo de reabertura das escolas deve ocorrer, necessariamente, em um contexto de segurança sanitária e, deve também, considerar o diálogo e o planejamento junto às famílias, aos estudantes e aos profissionais da educação. Enquanto instância fundamental de participação democrática, esse Conselho reafirma a importância da preservação da vida, da sobrevivência e do direito de todas e todos a uma educação de qualidade, entendendo que, no momento adequado e com responsabilidade, todas e todos poderão retornar a um dos lugares de maior importância da sociedade: a escola.